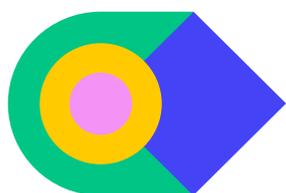




MANUAL DE PROCEDIMENTOS E BOAS PRÁTICAS NA INTERVENÇÃO COM PESSOAS LGBTI+ MIGRANTES, REQUERENTES DE ASILO OU BENEFICIÁRIAS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL



**WAY
OUT** AQUI ESTÁS
SEGUR@

FINANCIADO POR:

Iceland
Liechtenstein
Norway



Active
citizens fund



ENTIDADE GESTORA DO FINANCIAMENTO:

FUNDAÇÃO
CALOÚSTE GULBENKIAN

FUNDAÇÃO
BISSAYA BARRETO

EM PARCERIA COM:

AMPLOS

iscte INSTITUTO
SUPERIOR DE CIÊNCIAS
SOCIAIS

ILGA INTERVENÇÃO LÉSBICA,
GAY, BISEXUAL, TRANS
E INTERSEXO
ILGA-PORTUGAL.PT





**Nota
Introdutória**
pág. 04



Enquadramento
pág. 07



**Boas
Práticas**
pág. 11



01. Atitudes
pág. 13



**02. Gestão
de Processos**
pág. 16



03. Linguagem
pág. 18



04. Identidade
pág. 20



**05. Espaço físico
e habitação**
pág. 23



**06. Confidencialidade
e privacidade**
pág. 24



07. Saúde
pág. 25



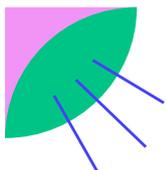
**08. Mediação
e comunidade**
pág. 26



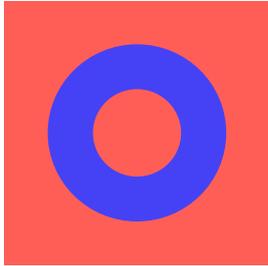
09. Família
pág. 27



10. Recursos
pág. 29



Referências
pág. 34



Nota Introdutória

Desde 2008, a lei de asilo portuguesa reconhece as categorias “orientação sexual” e “identidade de género” e o fundado receio de perseguição em função das mesmas como motivo para conceder asilo; contudo, importa notar que desde que há asilo há pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (LGBTI+) refugiadas e requerentes de asilo, porque as pessoas LGBTI+ estão por todo o lado, sempre estiveram e sempre estarão, mesmo que invisíveis, estigmatizadas, violentadas ou silenciadas. Aliás, dos já milhões de pessoas refugiadas da guerra na Ucrânia, um grande número serão de facto pessoas LGBTI+, mesmo que essa não seja a razão emergente do processo de asilo. Já no caso de outros países, são significativos os casos de pessoas LGBTI+ migrantes, refugiadas ou requerentes de proteção internacional, com base nos vários pedidos de informação e contacto recebidos através dos vários canais de comunicação da Associação, que efetivamente resultam de situações de perseguição e perigo de vida nos países de origem em razão da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características sexuais.



A Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo tem apoiado e acompanhado estas pessoas LGBTI+ migrantes, refugiadas e requerentes de asilo de forma sistemática ao longo da última década, dialogando ativamente com os vários serviços e respostas públicas e/ou não-governamentais que garantem o acolhimento, reconhecimento e proteção legal destas pessoas. Mas apesar desta realidade premente em Portugal, foram até agora escassos ou mesmo inexistentes os estudos, recomendações, planos de ação e capacitação ou manuais de procedimentos e intervenção que cruzem a dimensão das experiências, vulnerabilidades e desproteções das pessoas migrantes com as especificidades sociais, familiares, culturais, educativas e de saúde quando estas pessoas são também LGBTI+. O projeto WAY OUT – Aqui estás Segur@ foi o primeiro projeto financiado em Portugal sobre asilo LGBTI+. Enquanto projeto piloto, numa área e temática de intervenção ainda pouco discutida e trabalhada no nosso país, os seus objetivos foram essencialmente de avaliação de necessidades no terreno, junto das entidades e organizações que já trabalham tanto nas questões LGBTI+ como nas das migrações e asilo, bem como capacitação e formação da sociedade civil para o trabalho sensível e competente com pessoas LGBTI+ requerentes de proteção internacional.

Estiveram envolvidas 11 organizações nas sessões de capacitação, correspondendo a um total de 34 pessoas das respectivas equipas técnicas, num total de 54 horas de formação. As sessões de capacitação foram realizadas com o apoio de pessoas formadoras pertencentes a associações ou outras entidades que trabalham a matéria do asilo e das migrações, de forma a que a troca de conhecimentos e experiências fosse

mais produtiva. Ao longo das três sessões de formação, contámos com a participação de pessoas formadoras da NOVA Refugee Clinic, do Conselho Português para os Refugiados (CPR), da Secção Portuguesa da Organização Internacional para as Migrações (OIM), da Secção Portuguesa do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), do Alto-Comissariado para as Migrações (ACM), do Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados (CATR) de Lisboa, da Cruz Vermelha Portuguesa, do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS) bem como de pessoas da academia.

Para além dos ganhos em termos de capacitação de pessoas técnicas e profissionais e de organizações, no que respeita aos seus conhecimentos, consciência de atitudes e competências concretas no trabalho com pessoas LGBTI+ requerentes de asilo ou refugiadas, o projeto tem mais dois produtos que consideramos fundamentais para a cimentação de conhecimento e parcerias: o presente manual de boas práticas, bem como o lançamento da “Caminhos”, a Rede Articulada de Intervenção para Pessoas LGBTI+ Migrantes, Refugiadas e Requerentes de Proteção Internacional, que finalmente formalize os vários anos de trabalho. A Declaração de Compromisso da Caminhos foi assinada pelas seguintes entidades: ILGA Portugal, AMPLOS, Queer Tropical, Casa T, JRS, CPR e Crescer.

Este projeto vem “plantar sementes” numa área de trabalho que, sabemos, irá crescer. As atividades e os resultados deste projeto mostram precisamente a sua importância, bem como mostrou a avaliação de necessidades realizada. As formações levadas a cabo foram eventos piloto que mostraram a importância de alargar estes processos de capacitação individual e organizacional de forma transversal e mainstream, a todas



as pessoas, profissionais e entidades que trabalham nas questões do asilo.

O manual de boas práticas que agora lançamos é esse mesmo produto: um manual ou guia, um documento orientador para que as práticas profissionais e organizacionais na área do asilo no nosso país sejam cada vez mais LGBTI+ sensíveis e competentes. Este não é um manual de formação, nem substitui os processos de capacitação e formação individuais e organizacionais que foram trabalhados neste projeto – e que pretendemos continuar a implementar após o seu término: é, sim, apenas um mapa para os primeiros passos nesse caminho, destinado a todas as pessoas técnicas e profissionais que trabalham no terreno com pessoas migrantes, refugiadas ou requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional.

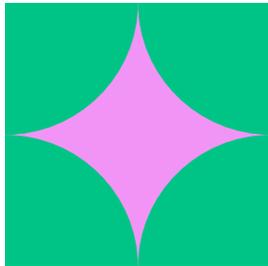
Lançamos este manual, bem como a Caminhos, precisamente no primeiro 17 de maio – Dia (Inter)nacional contra a Homofobia, Transfobia, Bifobia e Interfobia – após o início da maior crise de pessoas refugiadas na Europa deste século, mas também num contexto geopolítico e internacional que soava alarmes há mais de duas décadas para a necessidade de políticas mais robustas e de práticas mais integradas para a efetiva garantia dos Direitos Humanos das pessoas migrantes em contexto europeu e nacional.

Por fim, damos nota de que esperamos muito das políticas públicas dos próximos anos, com um Parlamento plural e maioritário na prossecução da Democracia e de um Governo que acabou de tomar posse e que fundiu, precisamente, as pastas da igualdade e das migrações. As questões da proteção internacional de pessoas LGBTI+ são precisamente um exemplo dessa interseccionalidade, e da importância de visão

interseccional das várias dimensões da vida humana contemporânea: nacionalidade e origens étnicas, género, sexualidade, culturas, famílias, violência, discriminação... e o desejo incansável de construir futuros e espaços seguros de diversidade e igualdade.

Ana Aresta, Presidente da Direção

17 de maio de 2022



Enquadramento

Todas as pessoas, incluindo as pessoas lésbicas, gay, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI+) e as suas famílias têm o direito a uma vida segura, digna, livre de medos, fobias e perseguições. Não obstante, a realidade da investigação nesta área tem documentado que o abuso, violência e assédio homofóbico e transfóbico são uma realidade transversal não só em termos geográficos, mas também em termos sociais - isto é, independentemente da religião, classe social, etnia ou idade das pessoas.

Portugal, apesar de estar dotado de um quadro jurídico bastante progressivo e respeitador¹ dos princípios fundamentais da igualdade e liberdade, está ainda pouco sensibilizado para as questões da diversidade e integração de pessoas LGBTI+ e suas famílias. A esta realidade acresce a fuga (ou tentativa de) de pessoas que se sentem desconfortáveis e inseguras nos seus países de origem e, portanto, mais vulneráveis.

A homossexualidade ainda é crime em 77 países no mundo e em 7 ainda é punível com pena de morte².

Com a aprovação da Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, a Lei de Asilo, que estabelece as

condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, os conceitos de orientação sexual e identidade de género passam a fazer parte das categorias protegidas, fazendo com que uma pessoa LGBT possa requerer protecção internacional em caso de fundado receio de perseguição. Desde 2012 que a Associação ILGA Portugal acompanha casos de pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo e/ou beneficiárias de protecção internacional, tendo acompanhado cerca de 80 pessoas requerentes de asilo ou refugiadas – incluindo neste total os pedidos de informação e contactos isolados.

Em paralelo à intervenção direta e acompanhamento individual de casos concretos, a ILGA Portugal tem exercido trabalho de advocacy, e desenvolvido reflexão e intervenção política nas questões do asilo, em articulação com redes e associações internacionais, conhecendo e trabalhando com o contexto global e europeu nas questões específicas do asilo e da perseguição em função da orientação sexual ou identidade de género.

No decurso deste trabalho, e dada a enorme dificuldade das pessoas LGBTI+ migrantes

1 <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-europe-2022/>

2 <https://database.ilga.org/criminalisation-consensual-same-sex-sexual-acts>



em identificar-se enquanto tal e a procurar ajuda adequada, destaca-se um desajuste nas respostas existentes face às necessidades específicas das pessoas LGBTI+ migrantes e das suas famílias, muito em parte pelo desconhecimento das questões identitárias e suas implicações e por desconhecimento face à realidade da situação de direitos humanos das pessoas LGBTI+ migrantes noutros países de origem.

Os conceitos de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais variam imensamente dependendo da cultura. Em muitos idiomas, as questões de diversidade sexual e de género estão envoltas em confusão e tabus. Como resultado, a correta terminologia é escassa em todos os aspetos da sociedade e até mesmo entre as pessoas LGBTI+ migrantes.

Acresce a este facto, a enorme dificuldade de bastantes pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo ou beneficiárias de proteção internacional em conseguir reconhecer que são LGBTI+ e a procurar ajuda adequada, ou as especificidades e desafios decorrentes do facto de a orientação sexual e a identidade de género serem, antes de mais, dimensões íntimas e declarativas, isto é, não necessariamente suscetíveis a uma prova objetiva – sendo que a homofobia ou transfobia internalizadas serão certamente um fator interveniente na capacidade de se afirmar como LGBTI+.

Este é um desafio particularmente relevante para as pessoas técnicas e profissionais que fazem intervenção com pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo ou beneficiárias de proteção internacional, tendo em conta que muitas vezes as próprias pessoas não sabem o que significa ser gay, lésbica, trans, não-binária, ou as palavras que utilizariam para se descrever a si próprias

do ponto de vista identitário possuem uma enorme carga negativa e traumática, o que faz com que o estigma seja tão grande que o processo identitário a construir seja muito mais lento. Acrescem a esta realidade histórias de vida pessoais bastante complexas, com experiências traumáticas (por exemplo a violação corretiva para mulheres lésbicas que é prática comum em África ou a ameaça de cirurgias de reatribuição sexual para homens em países do Médio Oriente).

A nossa sociedade está ainda pouco ciente da diversidade social, e pouco preparada para receber as pessoas LGBTI+ migrantes no seu seio, e um dos primeiros passos para mudar, isto é, garantir que as pessoas que as recebem estão sensibilizadas e capacitadas para as receber de forma humana e empática, ao mesmo tempo que sabem exatamente o que fazer de um ponto de vista técnico.

A elaboração do presente Manual de Procedimentos e Boas Práticas está ancorada nos resultados do projeto Way Out – Aqui estás segur@, projeto esse especificamente desenhado e implementado com o objetivo de fundamentar, teórica e empiricamente, as recomendações aqui expressas. Neste sentido, este guia reflete quer o estado atual da arte quer os resultados do diagnóstico de necessidades realizado.

O projeto Way Out – Aqui estás segur@, financiado pelo pelos EEA Grants através do Programa Cidadãos Ativos da Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com a Fundação Bissaya Barreto, resulta de uma parceria entre a Associação ILGA Portugal, a AMPLOS – Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género, e o Queer Tropical – Associação de Apoio à Comunidade LGBTIQ+ Brasileira em Portugal. De salientar que este foi o primeiro projeto financiado em Portugal na temática



específica das migrações e do asilo a pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBTI+).

O objetivo geral do projeto estava centrado nos processos de capacitação interinstitucional entre ONGs e coletivos LGBTI+ e ONGs de pessoas migrantes para a promoção da qualidade de vida e integração das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo migrantes, refugiadas ou requerentes de proteção internacional.

A elaboração do Manual de Procedimentos e Boas Práticas para profissionais sobre pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional constituía um dos objetivos específicos do projeto. Para este objetivo em particular, contribuíram três outros objetivos específicos do projeto, a saber: a Avaliação de necessidades de formação e aumento do conhecimento técnico-científico sobre o fenómeno, a Capacitação de ONGs e coletivos LGBTI+ na área do asilo e migrações e a Formação a ONGs e outras entidades para estas questões. Por fim, de salientar a constituição de uma rede de trabalho articulado entre entidades LGBTI+ e outras entidades para atuação neste domínio de intervenção social (objetivo específico n.º 5).

Metodologicamente, o projeto Way Out – Aqui estás segur@ assentou numa estratégia de investigação participativa. Enquanto metodologia, a investigação-ação é particularmente relevante para aprofundar o conhecimento sobre dimensões e domínios da realidade social menos explorados (porque novos ou invisibilizados), mas também, significativamente, para ir sustentando a intervenção social nesses novos conhecimentos. O projeto foi estruturado, então, em momentos distintos de investigação/reflexão e de ação, mas amplamente interligados e interdependentes entre si.



A opção por metodologias participativas foi também intencional, por forma a assegurar que os resultados do projeto não decorriam apenas de processos de recolha de informação e de reflexão teórica, mas que surgiriam, pelo contrário, amplamente ancorados na experiência de trabalho de um conjunto alargado de entidades que lidam, direta e indiretamente, com a integração de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo migrantes, incluindo requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional.

Por esta via, foi possível assegurar também que os resultados do projeto davam resposta aos constrangimentos e às necessidades identificadas pelas próprias entidades, salvaguardando a complexidade intrínseca de que se reveste a promoção de processos de inclusão social daquele grupo-alvo, mas



salvaguardando também o respeito pelos Direitos Humanos e a dignidade individual das pessoas.

O Diagnóstico de necessidades de formação e de capacitação de entidades da sociedade civil que trabalham com pessoas LGBT+ e/ou pessoas migrantes, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional, também ele desenvolvido com recursos a metodologias participativas e compreensivas, assumiu um carácter estratégico no âmbito do projeto. Para além da revisão técnico-científica, sistematizou: (1) avaliação de necessidades formativas e de capacitação em matérias de migração e asilo das associações, serviços e coletivos que prestam apoio a pessoas LGBT+ – incluindo da entidade promotora; (2) avaliação de necessidades formativas e de capacitação em matérias LGBT+ das entidades da sociedade civil que prestam apoio a pessoas migrantes, requerentes de asilo e/ou refugiadas; (3) recolha de indicadores, contributos e referenciais para a elaboração dos outputs do projeto, no qual se incluiu este Manual de Procedimentos e Boas-práticas.

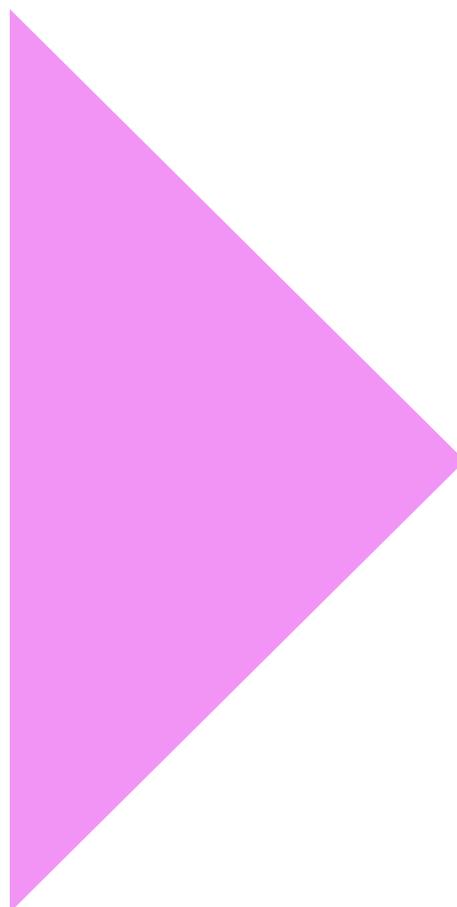
Salvaguarda-se que a execução do projeto Way Out - Aqui estás segur@ ocorreu durante o período da crise pandémica por Covid 19, circunstância que criou desafios acrescidos ao recurso às metodologias participativas. Por forma a não comprometer o nível de participação definido para o projeto, optou-se por realizar algumas das sessões em modo online (períodos de confinamento). Desta forma foi possível o nível de participação de um conjunto alargado de atores sociais com intervenção relevante para os objetivos do projeto.

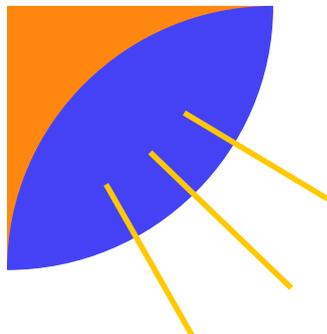
Concretamente, ao longo do projeto realizaram-se três ações de capacitação de pessoas técnicas e profissionais de associações e

demaís entidades parceiras, ocorridas no ano 2021, a primeira em março, a segunda em maio e a terceira em julho, abrangendo um total de 34 profissionais e de 11 associações e demais entidades.

Realizaram-se ainda sessões de formação a 20 entidades que já trabalham nas áreas das migrações e asilo em maio/julho de 2021, novembro de 2021, fevereiro/março e março/abril de 2022, abrangendo 49 profissionais.

Por último, foram realizadas duas conferências. Uma conferência intermédia realizada no dia 22 de julho de 2021, para avaliação de necessidades de formação e de capacitação da sociedade civil, e uma conferência final, realizada no dia 17 de maio de 2022, no âmbito das ações a assinalar o Dia Internacional Contra a Homofobia, a Transfobia, a Bifobia e a Interfobia (IDAHOBIT).





Boas Práticas

Sistemizam-se, de seguida, um amplo conjunto de boas práticas sobre acolhimento e integração de pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional em Portugal.

Estes procedimentos e boas práticas dirigem-se especialmente às entidades da sociedade civil e entidades públicas que trabalham de forma direta e ativa com pessoas LGBTI+ e suas famílias, em particular as pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional. Estão organizados em diversas áreas, a fim de abordar de forma abrangente os desafios enfrentados por estas pessoas, mas também procurando ter recomendações específicas para profissionais de determinadas áreas:

01. ATITUDES:

esta área enfoca a importância de adotar atitudes sensíveis e inclusivas ao trabalhar com estas pessoas, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades;

02. GESTÃO DE PROCESSOS:

práticas adequadas para lidar com os procedimentos legais e administrativos relacionados aos pedidos de asilo e proteção internacional, garantindo uma abordagem justa e respeitosa;

03. LINGUAGEM:

ênfata o uso de linguagem inclusiva e não discriminatória, mas também a necessidade de assegurar os serviços de tradução adequados ao perfil das pessoas LGBTI+ migrantes;

04. IDENTIDADE:

são apresentadas boas práticas no respeito da identidade de género e orientação sexual, expressão de género e/ou características sexuais das pessoas LGBTI+ migrantes, garantindo o seu empoderamento e autonomia.

05. ESPAÇO FÍSICO E HABITAÇÃO:

criar ambientes seguros e acolhedores para estas pessoas LGBTI+, inclusive nas questões de habitação;



06. CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE:

mecanismos para garantir a confidencialidade e privacidade das informações pessoais durante o processo de acolhimento;

07. SAÚDE:

passos fundamentais para garantir o acesso a serviços de saúde culturalmente competentes e inclusivos para as necessidades específicas destas pessoas;

08. MEDIAÇÃO E COMUNIDADE:

sugestões para promover a integração e o envolvimento da comunidade LGBTI+ no acolhimento de pessoas migrantes;

09. FAMÍLIA:

apoiar as famílias das pessoas LGBTI+ migrantes, reconhecendo a diversidade familiar e promovendo o respeito mútuo;

10. RECURSOS:

fontes de apoio e recursos disponíveis na comunidade para melhor atender às necessidades destas pessoas.

Na medida em que o respeito pelos Direitos Humanos deve ser uma matriz de atuação universal, alguns procedimentos e boas práticas estão formulados de uma forma mais geral, isto é, não adstrita especificamente às pessoas LGBTI+ de comunidades migrantes. A elaboração dos procedimentos e boas práticas está amplamente sustentada no processo participativo promovido no âmbito do projeto Way Out - Aqui estás segur@.

Paralelamente, e por forma a consubstanciá-los ainda mais (acompanhamento do estado da arte na temática) enquadram-se também recomendações indicadas em documentos de referência internacional, designadamente: Criação de espaços (mais) seguros para pessoas LGBTI+ com origem migrante (Rainbow House)³ e Policy Briefing on LGBTI Refugees and EU asylum legislation September 2021 (ILGA Europe)⁴.

3 <http://rainbowhouse.be/en/article/better-welcoming-lgbtqi-people-with-a-migration-background-the-equality-project/>

4 <https://www.ilga-europe.org/policy-paper/policy-briefing-on-lgbti-refugees-and-eu-asylum-legislation/>



01. Atitudes

Tal como todas as outras pessoas, as pessoas LGBTI+ migrantes têm experiências, trajetórias e identidades muito diversas entre si, pelo que as suas necessidades e atitudes serão também necessariamente heterogéneas. Manter a consciência da singularidade de cada pessoa é fundamental para encontrar as respostas que melhor possibilitem o seu empoderamento e a sua autonomização. Não raras vezes, trabalhar com pessoas migrantes e, assim, também com pessoas LGBTI+ com origem migrante, confronta-nos com os nossos referentes culturais.

ASSIM, APRESENTAMOS AS SEGUINTE RECOMENDAÇÕES:

- É fundamental que as pessoas que trabalham com públicos diversos estejam conscientes deste potencial etnocentrismo para se manterem abertas à existência de outros referentes culturais.
- Pelas eventuais diferenças culturais, mas também, significativamente, porque muitas das pessoas LGBTI+ têm percursos de vida marcados pela hostilidade e pela ameaça, recomenda-se que exista uma Declaração de Valores e da missão subjacente aos serviços de apoio visível para todas as pessoas. Esta Declaração de Valores não só fomenta a relação de confiança junto das pessoas LGBTI+ migrantes (ambiente inclusivo), como também informa as demais pessoas da rejeição de preconceitos relacionados com a homofobia, lesbofobia, bifobia, transfobia, racismo, etc.
- Adicionalmente, recomenda-se a entrega de uma versão impressa desta Declaração de Valores mesmo a pessoas com orientação sexual, identidade de género e características sexuais desconhecidas. Mesmo que, num primeiro momento, e geralmente por receio, as pessoas utilizadoras não manifestem explicitamente tratar-se de uma pessoa LGBTI+, a explicitação destes valores facilitará o aprofundamento das relações de confiança com as pessoas técnicas e profissionais, e os serviços.



- Procurar informação em fontes fidedignas⁵ sobre o contexto cultural e geográfico de origem das pessoas migrantes especialmente no que respeita à discriminação de pessoas LGBTI+. O recurso por vezes a listagens de 'países seguros' e/ou que não estão atualizadas e, assim, não refletem eventuais alterações e agravamentos dos fatores de risco destas pessoas nos seus contextos de origem, pode levar a subalternizar os fatores de vulnerabilidade, risco e ameaça de que estão em fuga.
- Recomenda-se, no entanto, que a cedência de dados específicos sobre espaços LGBTI+ (localização, horários, ...) seja ponderada também em função da atitude e receptividade das pessoas utilizadoras, sob perigo de comprometer a segurança desses espaços.
- É importante não se assumir que uma pessoa terá um determinado comportamento, reação, atitude, opinião, ... só porque pertence a uma dada comunidade migrante (nacionalidade, religião, grupo étnico, etc.). Todas as pessoas têm o direito de ser vistas e escutadas individualmente. Ouvir as pessoas LGBTI+ migrantes com tempo e mostrando empatia pelas suas histórias (escuta ativa). Paralelamente, não assumir que uma pessoa seja capaz de falar e representar um grupo por inteiro.

RECOMENDAÇÕES ADICIONAIS:

- Promover continuamente o empoderamento e a autonomia das pessoas LGBTI+ migrantes, evitando uma atitude "patologizante" e assistencialista⁶.
- Esperar imprevisibilidade e saber lidar com essa característica. Não tomar como certo nenhuma informação a priori sobre a pessoa LGBTI+ migrante.
- Não esquecer que as pessoas LGBTI+ migrantes não têm, na maioria esmagadora das situações, qualquer rede de suporte nos países de acolhimento e que muito provavelmente perderam a totalidade, ou quase totalidade, da sua rede de suporte nos seus países de origem⁷.
- Ter em consideração que os processos burocráticos pelos quais as pessoas LGBTI+ migrantes passam são iniciados por si, para tentar resolver uma situação de risco e ameaça e, por isso, necessários, mas podem ser desgastantes e, sobretudo, levar as pessoas LGBTI+ migrantes a reviver experiências traumáticas.
- Não partir do princípio de que as pessoas LGBTI+ migrantes que partilham características pelas quais são perseguidas (orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características sexuais ou outras) conseguem construir laços de amizade e de colaboração mútua.

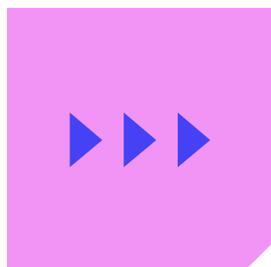
5 Consultar a secção Recursos deste manual.

6 A existência de uma atitude "patologizante" e assistencialista em relação às pessoas LGBTI+ pode ser atribuída a fatores como o estigma e a discriminação histórica que enfrentaram, a patologização passada na psicologia e psiquiatria, visões morais e religiosas negativas, falta de conhecimento e sensibilização, além da ausência de representatividade adequada. Essas percepções equivocadas podem levar a tratamentos discriminatórios e estereotipados, reforçando a ideia de que as pessoas/identidades LGBTI+ são uma condição a ser corrigida ou ajustada, o que é de todo incorreto.

7 Para além de falta de rede de suporte, é importante também reconhecer que muitas vezes estas pessoas podem não ter palavras para expressar quem são ou o que sentem. O silenciamento das suas identidades é tal que não há palavras próprias ou com conteúdo inteligível para as várias identidades da sigla e portanto as pessoas não têm palavras para si ou, também acontece, são de tal forma negativas as existentes que não se conseguem auto-atribuir essas palavras (estas questões são também abordadas na Secção de Boas Práticas relativas à Linguagem).



- Lutar contra a discriminação continuada contra as pessoas LGBTI+ migrantes, lidando com as pessoas de forma inclusiva e com igualdade, não discriminando sobre qualquer pretexto umas pessoas migrantes face a outras.
- Não assumir que quem acompanha a pessoa a um serviço não é a pessoa agressora (podendo ser do mesmo sexo que a pessoa vítima, ou ser uma pessoa da família: pai, mãe, etc.).
- Ter em consideração os fatores de interseccionalidade de discriminação de pessoas LGBTI+ migrantes. À discriminação pela orientação sexual, identidade de género e/ou características sexuais acrescem, não raras vezes, um ou mais fatores de discriminação (por exemplo, mulheres trans negras).
- Ser capaz de reconhecer e identificar os desafios acrescidos que a própria pessoa enfrenta por via dessas interseccionalidades (por exemplo, identificar-se para outros/as como pessoa LGBTI+ e assumir-se como vítima de violência doméstica). Perceber o impacto que a vivência destes estigmas e discriminação tem na própria pessoa pode auxiliar a encontrar outras e melhores respostas de apoio e, assim, acrescer aos fatores de empoderamento e de autonomização da pessoa.



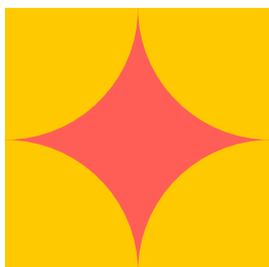
02. Gestão de Processos

Deixamos de seguida várias boas práticas e procedimentos essenciais para garantir o adequado acompanhamento e apoio às pessoas LGBTI+ migrantes durante todas as fases mais processuais nos casos de pedido de asilo e proteção internacional. Para profissionais que trabalham especificamente nesta área, propomos:

- Prestar às pessoas toda a informação necessária e útil, que tenha sido solicitada ou que, na omissão, seja importante prestar.
- Pela heterogeneidade do perfil das pessoas LGBTI+ migrantes, pelo seu desconhecimento sobre os apoios e serviços disponíveis no país de acolhimento, mas também pelas eventuais dificuldades de comunicação (línguas nativas), pode ser muito difícil identificar logo no contacto inicial o tipo de apoio mais adequado para cada pessoa. Assim, recomenda-se que, logo no contacto inicial, as pessoas LGBTI+ migrantes sejam informadas da oferta completa de atendimento disponível (independentemente das suas solicitações ou da avaliação a olho nu feita pelas pessoas técnicas e profissionais do atendimento e prestação de serviços). Na posse dessa informação útil, fidedigna e isenta em relação ao país de acolhimento, as pessoas LGBTI+ migrantes poderão regressar e manifestar a sua necessidade e/ou o seu interesse mais tarde.
- Não tomar decisões na vez da pessoa LGBTI+ migrantes, menorizando-a ou tendo uma atitude paternalista. Deixar que as pessoas LGBTI+ migrantes possam tomar as suas decisões, sempre de forma informada e esclarecida.



- Respeitar as pessoas LGBTI+ migrantes no momento de lhes comunicar um eventual indeferimento dos seus pedidos, esperando que possam ter naturais reações de frustração e angústia.
- Prestar as necessárias ações de formação sobre diversas temáticas relevantes, quer às pessoas LGBTI+ migrantes, quer às pessoas técnicas e profissionais de todos os serviços relacionados com os pedidos de asilo ou de proteção internacional. Pelos seus processos de socialização e demais fatores de diversidade cultural, as ações de formação podem ser consideradas intrusivas e agressivas pelas pessoas LGBTI+ migrantes. Por esse motivo, podem ser apresentadas como ações de convívio entre pessoas migrantes e entre várias culturas, ou seja, tendo em consideração esses outros fatores de diversidade cultural.
- Procurar agilizar os processos o mais possível, de forma que a fase de integração das pessoas LGBTI+ migrantes possa realizar-se da melhor forma possível e no tempo devido, assim como o acesso aos serviços da cidadania, como é o caso do acesso aos sistemas de saúde e de educação.
- Promover o trabalho em parceria e com equipas multidisciplinares das pessoas técnicas e profissionais, em prol da segurança e bem-estar das pessoas LGBTI+ migrantes.
- Gerir de forma adequada, sem excessos de otimismo, nem excesso de pessimismo, e sempre com empatia, as expectativas das pessoas LGBTI+ migrantes, tendo consciência de que estas pessoas depositam muita esperança nos processos de integração e que em muitos casos a frustração completa dos seus sonhos e aspirações pode levar a ideia suicida.
- Mitigar o excesso de burocracia nos processos legais com bom senso. Promover, portanto, a cultura do bom senso na forma de lidar com os processos burocráticos, de forma a adequar o tratamento dos processos das pessoas LGBTI+ migrantes.
- Conhecer o papel de cada entidade e instituição que trabalha com pessoas migrantes, de forma a facultar essa informação às pessoas LGBTI+ migrantes, facilitando a agilização dos processos.
- Ao lidar com as pessoas LGBTI+ migrantes é importante que as pessoas técnicas e profissionais se apresentem de forma completa e adequada, mencionando de forma clara a sua função, permitindo que as pessoas saibam o que podem esperar nesse contacto. É relatado frequentemente que as pessoas LGBTI+ migrantes acreditam estar, muitas vezes, a lidar com terapeutas, em situações em que na verdade estas não o são. Sugerimos ainda dois caminhos adicionais: **(1)** Que haja pessoas técnicas e profissionais de referência nas instituições para apoiar as pessoas mais vulneráveis (LGBTI+ ou não) e **(2)** Que a escolha da pessoa gestora de caso seja feita em função da sua sensibilidade e competência técnica às características identitárias da pessoa LGBTI+ migrante.
- Saber reconhecer as necessidades de supervisão, de formação adicional e de outras eventuais medidas de apoio específicas.
- Introduzir mudanças no seu local de trabalho ou grupo profissional de forma ativa, no sentido de uma maior competência organizacional LGBTI+ (por exemplo, desenvolver material no serviço que seja isento de heteronormatividade: folhetos informativos, páginas online, posters, campanhas, etc...).



03. Linguagem

A linguagem desempenha um papel crucial no acolhimento e integração de pessoas LGBTI+ migrantes, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional, pois reflete a atitude inclusiva, ou não, da sociedade e das instituições. Uma linguagem sensível e respeitosa promove uma abordagem mais humana e empática, criando condições para uma integração potencialmente mais bem-sucedida e uma experiência de acolhimento positiva e acolhedora.

ASSIM, PROPOMOS:

- Tomar as medidas necessárias para que as pessoas migrantes possam expressar-se sempre que possível na sua língua materna, através do recurso a intérpretes.
- Prestar apoio de psicoterapia às pessoas LGBTI+ migrantes, na sua língua materna, sempre que possível.
- Escolher para intérpretes das pessoas migrantes apenas profissionais com sensibilização para a temática das migrações (refugiados, asilo, proteção internacional), mas sensibilizadas também para as questões de discriminação em função da orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características sexuais.
- No caso das pessoas intérpretes serem, elas próprias, migrantes, prestar o apoio

necessário, uma vez que muitas vezes podem, por via da sua colaboração na tradução, sofrer processos de retraumatização.

- Promover ações de formação abertas a tradutores e intérpretes em assuntos LGBTI+ (sensibilização para a temática, capacitação de profissionais).
- Assegurar que, nos casos em que é a própria pessoa que se faz acompanhar por uma pessoa intérprete, a pessoa LGBTI+ migrante se sente realmente à-vontade e segura para abordar questões mais íntimas. Observar a linguagem corporal das pessoas para aferir também dessa segurança e desse à-vontade. Nos casos em que a pessoa LGBTI+ migrante aparenta estar insegura perante a presença dessa terceira pessoa (intérprete), averiguar a possibilidade de reagendar nova reunião/encontro com a presença de outra pessoa intérprete.
- Salvaguardar o direito à privacidade da pessoa LGBTI+ migrante por via da assinatura de um acordo de confidencialidade com a pessoa intérprete.
- Nem todas as pessoas LGBTI+ migrantes, justamente pela diversidade das suas origens geográficas e culturais, partilham a mesma terminologia ou vocabulário. O facto de não o reconhecerem ou de, pelo contrário, as conhecerem e usarem não significa, necessariamente, uma assunção de uma



determinada orientação sexual, identidade de género ou características sexuais.

- Evitar o mais possível usar termos depreciativos e ofensivos das pessoas LGBTI+. Atendendo a que esses termos variam consoante as línguas e os contextos culturais, deve perguntar-se diretamente, ou seja, esclarecer a terminologia mais inclusiva para a pessoa LGBTI+ migrante.

- Não esperar que as pessoas LGBTI+ migrantes tenham o mesmo nível de conhecimento sobre a taxonomia ou sobre conceitos concretos do que as pessoas técnicas e profissionais com quem lidam. Ter em consideração que os nomes e os conceitos podem ser diferentes para culturas e geografias diferentes, não necessariamente eurocêntricas ou ocidentalizadas.

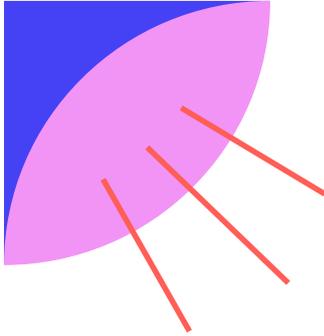
- Manter a abertura e disponibilidade para ir adaptando a linguagem ao longo do tempo. Manter também uma atitude de curiosidade e de pesquisa para perceber as alterações à linguagem que vão sendo sugeridas e as razões que as justificam (linguagem inclusiva).

- Sempre que possível, deve optar-se pela linguagem neutra em termos de género⁸. A linguagem neutra em termos de género deve também abranger as questões sobre estado civil ou situação relacional em todas as entrevistas, devendo-se referir a potenciais pessoas companheiras das pessoas LGBTI+ migrantes de forma neutra.

- Lidar com as especificidades de cada pessoa LGBTI+ migrante da forma inclusiva e tendo em consideração os seus pedidos expressos. Por exemplo, sempre que se encontrem condições para isso, perguntar às pessoas como preferem ser chamadas, qual o nome com que se identificam ou quais os pronomes que utilizam, sempre tendo em conta que nem todas as pessoas LGBTI+ migrantes têm conhecimento das formas ocidentais de trato. Para que esta iniciativa não seja agressiva, podem as pessoas técnicas e profissionais apresentar-se, por exemplo, usando linguagem inclusiva, dizendo como querem ser tratadas e dizendo os pronomes com que se identificam, dando então espaço para a pergunta à pessoa LGBTI+ migrante.

- Utilizar linguagem não patologizante (ou seja, não utilizar palavras conotadas negativamente ou explicitamente homofóbicas, bem como evitar utilizar termos como “normal”, “natural”, “problema”, etc...).

⁸ A linguagem neutra em termos de género é uma forma de comunicação que busca evitar a utilização de pronomes ou palavras que remetam diretamente ao género masculino ou feminino. Em vez disso, ela procura usar termos que se apliquem a todas as pessoas, independentemente do seu género. Isto é feito para tornar a linguagem mais inclusiva, respeitando a diversidade de identidades de género existentes além do binário tradicional de homem/mulher.



04. Identidade

- Não assumir, à partida, a orientação sexual de uma pessoa: não assumir que a pessoa é heterossexual ou homossexual/bissexual. A orientação sexual, se relevante para a própria pessoa, deverá surgir e ser fruto prioritariamente da relação de confiança que se vai estabelecendo.
- Não tomar a iniciativa de abordar diretamente as questões de orientação sexual, identidade de género, expressão de género e características sexuais com as pessoas migrantes, dando-lhes, porém, espaço para que possam expressar-se livremente em relação a estes, e outros, temas. Pode ser facilitador abordar os temas de forma indireta e dirigido a terceiras pessoas.
- Em casos em que existe a suspeita de que a integridade física e moral da pessoa migrante possa estar em risco devido à sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características sexuais, abordar a questão da discriminação LGBTI+ de forma direta, mas sem a pessoalizar (retomando, por exemplo, a Declaração de Valores pela qual a entidade prestadora de apoio se rege, a criminalização de certas práticas de discriminação no país, etc...).
- O *coming out* (assumir, de forma mais ou menos pública, a orientação sexual, identidade de género ou características sexuais) não deve ser forçado. Essa deverá ser uma declaração manifestada de forma voluntária pelas pessoas LGBTI+ quando se sentirem seguros e confiantes para tal. (A visibilidade e entrega da Declaração de Valores pode ajudar a criar esse ambiente e relação de segurança).
- No contexto de um processo de *coming out* de uma pessoa migrante que possa estar latente, ou que esteja iminente, a proposta de integração pode ter um impacto muito grande, quer no bom sentido, quer no mau sentido, no bem-estar, autoconfiança e empoderamento da pessoa migrante. Neste sentido, deve adequar-se o mais possível a proposta de intervenção a um eventual processo de *coming out* da pessoa LGBTI+ migrante.



- Não assumir à partida que uma pessoa perseguida por questões anti-LGBTI+ é necessariamente LGBTI+. É preciso reconhecer que há casos de pessoas não LGBTI+ que foram perseguidas porque as suas pessoas agressoras (incluindo o Estado) entende que é LGBTI+ em função de estereótipos sociais e culturais criados sobre o que é ser-se LGBTI+ (ex: usar determinado adereço, ouvir determinada música ou frequentar determinado espaço).
- Não assumir que uma pessoa LGBTI+ migrante tem uma aparência ou formas de comportamento específicas, pois tal reflete os estereótipos veiculados pelo preconceito (ideias-feitas). Da mesma forma que uma pessoa LGBTI+ não pode ser aconselhada a esconder a sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características sexuais, também não deve ser instada a adequar o seu comportamento àquela, no sentido da expectativa social de comportamento de uma pessoa LGBTI+, até porque não existe uma só forma de se ser LGBTI+.
- Apoiar a vivência da pessoa enquanto LGBTI+ e a internalização de um discurso positivo sobre ela própria (por exemplo, não alertar para os perigos de viver de forma aberta enquanto LGBTI+, e não afirmar que será difícil encontrar uma relação de intimidade onde se sinta valorizada).
- Dar à pessoa LGBTI+ migrante o tempo e o ambiente necessários para que possa, em tranquilidade, elaborar a sua história e ter um discurso coerente e plausível, não tomando como indício de prova em contrário o facto de as pessoas LGBTI+ migrantes estarem nervosas ou com discurso errático.
- Em caso de dúvida, deve considerar-se verdadeiro o testemunho das pessoas LGBTI+

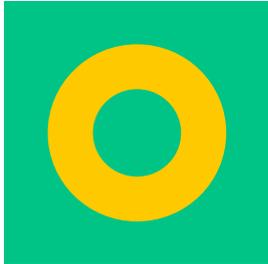
migrantes em relação à sua orientação sexual, identidade de género, expressão de género ou características sexuais.

- Dar a devida liberdade para que as pessoas LGBTI+ migrantes possam expressar-se de forma mais assertiva do que nas entrevistas nos seus países de origem ou de passagem. Sabe-se que muitas vezes só na segurança do país de acolhimento ou reinstalação, com as condições certas e após algum tempo, as pessoas LGBTI+ migrantes acabam por sentir-se seguras o suficiente para ter um discurso mais coerente, completo e assertivo.
- Ter em consideração a identidade de género das pessoas migrantes, quando tal é possível aferir ou estas a expressam de forma explícita, na escolha do local onde habitarão.
- No caso das pessoas menores (crianças e jovens), quer em agrupamento com as suas famílias, quer não acompanhadas, deve promover-se a sua livre expressão em relação à sexualidade, não perguntando diretamente pela sua orientação sexual ou identidade de género, procurando reafirmar que vivemos numa sociedade livre e reconhedora da igualdade de direitos em relação à orientação sexual, identidade e expressão de género.
- Caso a pessoa migrante aflore espontaneamente, e de forma mais ou menos direta, a questão da orientação sexual da identidade de género e/ou características sexuais, não fugir da questão. De igual modo, não a minimizar, referindo-se à orientação sexual, ou mesmo da identidade de género, por exemplo, como uma opção, uma escolha ou um estilo de vida.
- Não inquirir ou procurar indagar sobre as razões por que a pessoa é LGBTI+, isto é, não procurar causas para a orientação sexual ou identidade de género.



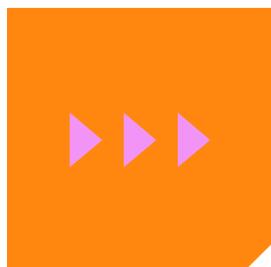
- Não procurar revestir a intervenção de uma suposta banalização (“a intervenção deve ser igual para todas as pessoas”), ignorando as especificidades, as experiências e os fatores de vulnerabilidade acrescidos das pessoas LGBTI+.
- Não evidenciar esforços para se mostrar excessivamente confortável, sobre identificando-se com a pessoa (por exemplo, mencionar pessoas amigas e familiares que sejam LGBTI+; alterar a comunicação não-verbal para mostrar que se está muito à vontade com questões LGBTI+; ou esforçar-se em mostrar uma excessiva proximidade).
- Evitar assumir ou fazer afirmações baseadas em estereótipos comuns sobre expressões de género (por exemplo, demasiado feminina/demasiado masculina; não suficientemente feminina/não suficientemente masculina).
- Não assumir que a pessoa, porque lhe revela que é lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo, tem informação sobre questões LGBTI+ (ou seja, é importante a pessoa técnica e profissional ter conhecimento não apenas para si e para o seu exercício profissional, mas também para o poder transmitir à pessoa LGBTI+ migrante).
- Não assumir que a pessoa vive “fora do armário” ou que deseja “sair do armário” nos seus diversos contextos pessoais, sociais e profissionais.
- Ser capaz de reconhecer e identificar os desafios acrescidos da pessoa migrante em se identificar para outras pessoas como LGBTI+, identificando também outras formas de violência e/ou de discriminação de que possam ser vítimas.
- Saber reconhecer o grau de “homofobia/transfobia internalizada”⁹ da pessoa migrante (isto é, genericamente, se é baixa, moderada ou alta), e o seu impacto na vitimação.
- Respeitar a liberdade religiosa de todas as pessoas LGBTI+ migrantes e ter em consideração esse facto ao lidar com as pessoas LGBTI+ migrantes em situações que possam colocá-las numa posição desconfortável (por exemplo, sessão de psicoterapia entre um homem e uma mulher, à porta fechada).

9 A homofobia internalizada é a consequência da constante exposição a mensagens negativas provenientes da homofobia social e cultural e pode manifestar-se na pessoa LGBT através de confusão emocional, isolamento social, baixa auto-estima, ansiedade crónica, depressão crónica, dificuldade em estabelecer relações de intimidade e supressão de expressões de sentimentos, abuso de substâncias e auto-mutilação, ideação suicida, entre outros. (Borges, 2009). Ou seja, devido ao estigma social percebido pelas pessoas LGBT, estas desenvolvem “mecanismos de autorrepressão de sentimentos e formas de disfarçar impulsos, controlando comportamentos e atitudes que possam compromete-los”. (Borges, 2009, p.56)



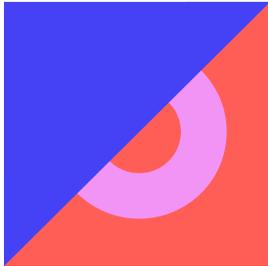
05. Espaço físico e habitação

- Promover a inclusão e a imagem de inclusão nos ambientes por onde passam, ou onde estão, as pessoas migrantes. Por exemplo, exibir bandeiras LGBTI+ variadas, ou afixar imagens de famílias inclusivas e diversas. Desta forma, espera-se que as pessoas migrantes tenham maior facilidade em expressar-se, ainda que isso possa vir a demorar muito tempo.
- Deverá existir pelo menos uma casa de banho neutra, acessível a todas as diversas formas de identidade e expressão de género.
- Em todas as casas de banho deverão existir caixotes do lixo fechados (inclusivamente, nas ditas “casas de banho masculinas”) para eliminação de produtos sanitários.
- Assegurar que os Centros de Acolhimento / soluções residenciais encontradas para as pessoas LGBTI+ migrantes são seguras para pessoas LGBTI+ migrantes, uma vez que, em certos casos, até nesses espaços podem existir situações de agressão e/ou ameaça pela orientação sexual, identidade de género, expressão de género e/ou características pessoais. Informar todas as pessoas técnicas e todas as demais pessoas LGBTI+ migrantes dos valores de igualdade e não discriminação que prevalecem em Portugal.
- Promover a passagem das pessoas migrantes pelos Centros de Acolhimento durante um período inicial, acompanhando o seu estado de saúde física e saúde mental, e historial clínico, conhecendo as necessidades específicas de cada pessoa e facilitando o contacto com as pessoas técnicas e profissionais do Centro de Acolhimento.
- Promover a habitação digna, equipando os alojamentos destinados a pessoas LGBTI+ migrantes com as condições adequadas para poderem viver num ambiente tranquilo, seguro e com um nível de conforto digno.
- Ter em consideração, na escolha do local de colocação ou reinstalação, as características concretas da pessoa LGBTI+ migrante, nomeadamente evitando que as pessoas sejam colocadas ou reinstaladas em comunidades ou locais onde possam voltar a sofrer de discriminação, violência, perseguição ou outros crimes de ódio. Por exemplo, evitar colocar ou reinstalar pessoas trans em locais pequenos ou comunidades mais fechadas.
- Na procura de respostas habitacionais para casais de pessoas do mesmo sexo, ter consideração pela natureza do casal (escolha de um local seguro, protegendo o casal da eventual discriminação de outras pessoas migrantes da mesma ou de outras comunidades, evitando assim um prolongamento da violência e da eventual perseguição de que podem ter sido alvo nos seus países de origem).



06. Confidencialidade e privacidade

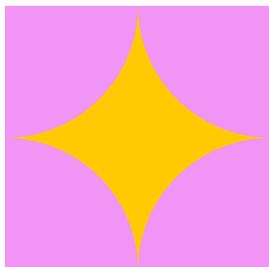
- Não violar o direito à privacidade das pessoas. Sendo amplamente reconhecido como um direito humano fundamental, no caso de pessoas LGBTI+ migrantes esta eventual violação pode representar também um risco acrescido à sua integridade física, ao seu bem-estar psicológico e emocional e às suas condições de integração na sociedade de acolhimento.
- Assegurar às pessoas LGBTI+ migrantes que o seu direito à privacidade será garantido.
- Garantir também o direito à privacidade em contexto de atendimento (por exemplo, não verbalizar dados pessoais e/ou confidenciais num tom que possam ser escutados por terceiras pessoas).
- A necessidade de partilhar com terceiras pessoas ou entidades dados pessoais das pessoas LGBTI+ migrantes (orientação sexual, identidade de género e/ou as características sexuais, histórias de vida, percursos de migração, relações familiares, ...) deverá ocorrer apenas quando é estritamente necessário para a prestação do apoio necessário e após a autorização explícita das mesmas.
- Garantir a privacidade das pessoas LGBTI+ migrantes também em sessões online.
- Promover a recolha de dados para fins estatísticos pode suportar a definição de políticas públicas de integração e acolhimento de pessoas refugiadas, requerentes de asilo e beneficiárias de proteção internacional. Contudo, a recolha destes dados deve ser feita no estrito cumprimento das regras gerais de proteção de dados pessoais (anonimato, confidencialidade, partilha de dados, ...).



07. Saúde

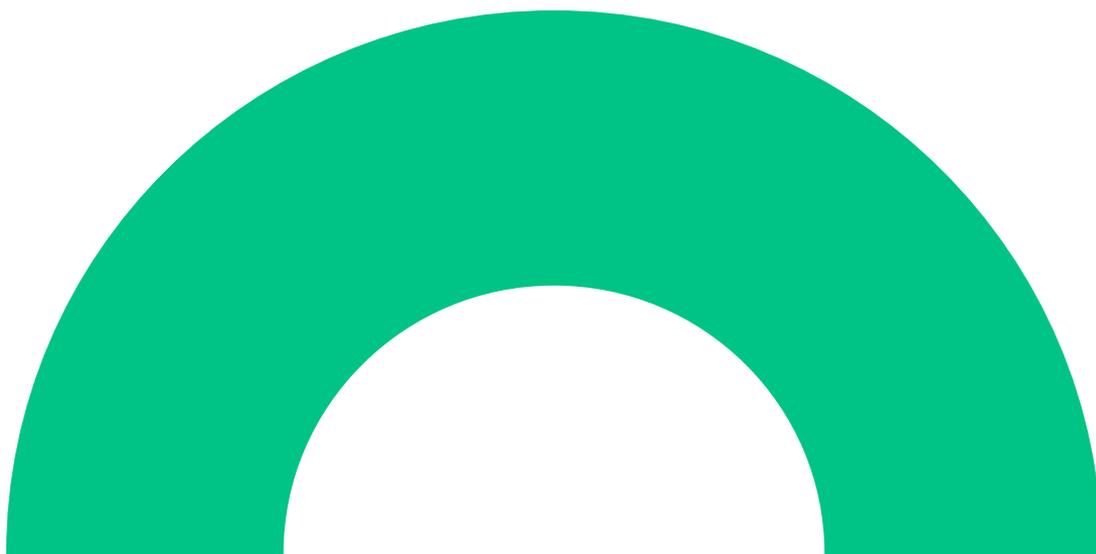
- Assegurar que as pessoas LGBTI+ migrantes têm acesso aos serviços e cuidados de saúde essenciais (incluindo saúde mental). Sabemos que essa ainda não é uma realidade comum no nosso país.
- No caso especial de pessoas LGBTI+ migrantes trans e também intersexo deve ter-se em consideração que estas pessoas têm necessidades médicas, medicamentosas e de proteção física especiais. A especificidade das pessoas trans é ainda acrescida por, frequentemente, existirem fatores de interseccionalidade que agravam a situação de vulnerabilidade destas pessoas (por exemplo, mulheres trans). No decurso do tempo, a sua vulnerabilidade e, assim, as suas necessidades de apoio e de proteção especiais podem crescer ainda em função das dificuldades de integração social.
- Proteger as pessoas menores intersexo de eventuais cirurgias e tratamentos farmacológicos sem o seu consentimento informado.
- Não considerar à partida que a saúde mental das pessoas LGBTI+ migrantes é pior do que a da população em geral.

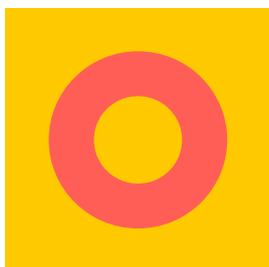




08. Mediação e comunidade

- Promover encontros e convívios entre pessoas LGBTI+ migrantes, em ambiente informal.
- Devem promover-se reuniões e sessões regulares com as pessoas LGBTI+ migrantes para reavaliação das suas condições, e deve prestar-se atenção aos sinais que possam indiciar uma vontade de abordar os temas da sexualidade e identidade de género, ou outras questões de identidade importantes.
- Promover o estabelecimento da figura de pessoa mediadora sócio-cultural, que permita ultrapassar as diferenças culturais entre as pessoas técnicas e profissionais e as pessoas migrantes, requerentes ou beneficiárias de proteção internacional.
- Disponibilizar os recursos comunitários adequados, tanto em regime físico e presencial, como online, para pessoas LGBTI+.
- Identificar possíveis fontes de suporte social específicas para a pessoa LGBTI+ migrantes (por exemplo, redes de amizade, associações comunitárias, etc...).





09. Família

- Criar as condições necessárias para que a colocação ou reinstalação das pessoas possa abranger a família nuclear, respeitando o direito das pessoas a manter os seus laços familiares. Não obstante este princípio, ter em consideração os casos particulares de pessoas LGBTI+ migrantes que possam ser vítimas de violência doméstica, dando-lhes as condições necessárias para que possam denunciar a violência de que são vítimas, permitindo-lhes um isolamento em relação a pessoa agressora.
- Realizar as entrevistas às pessoas LGBTI+ migrantes colocadas ou reinstaladas de forma individual e isolada dos seus núcleos familiares, promovendo as condições de segurança para que possam ter um discurso mais assertivo, real e profundo (eliminação de eventuais fatores de pressão ou ameaça que restantes membros das suas famílias possam estar a exercer).
- Ter em consideração que a necessidade de prova dos laços familiares em processos de reagrupamento familiar pode ser impossível, ou muito difícil, para pessoas sem documentos oficiais ou com dificuldade na obtenção dos mesmos documentos nos seus países de origem.
- Considerar que as pessoas LGBTI+ podem ter pessoas companheiras de sexo diferente, quer porque não partilharam a sua identidade quer porque estão em relacionamentos forçados, e podem ter também crianças e jovens biologicamente suas que nasceram desses relacionamentos (atuais ou passados) e que essas pessoas podem fazer parte da família a reunificar sem que isso possa constituir uma incoerência na sua história pessoal e declarações prestadas.

Glossário

Uma vez que compreender a terminologia e a linguagem associada às identidades LGBTI+ é o primeiro passo para compreender a história social, o direito, o ativismo, e unir esforços para que, em conjunto, possamos construir a mudança, quando se utiliza a linguagem e a terminologia correta dá-se visibilidade.

PARA A DEFINIÇÃO DE CONCEITOS, SUGERIMOS A CONSULTA DOS SEGUINTE RECURSOS:

ABCLGBTQIA+

<https://abclgbtqia.com/>

REDE EX-AEQUO

<https://rea.pt/apoio/questoes/glossario-lgbt>

RAINBOW HOUSE

IOM | UN Migration, Equal.Brussels (2021)
Criação de espaços (mais) seguros para pessoas LGBTI+ com origem migrante



10. Rede de Recursos: Sociedade Civil LGBTI+ em Portugal



ILGA PORTUGAL

Informação Geral:

Email: ilga@ilga-portugal.pt
Tel: +351 218 873 918
Tel: +351 969 367 005

Morada:

Rua dos Fanqueiros, 38, 3º esq.
1100-231 Lisboa



CENTRO LGBTI+

O Centro LGBTI+ é um espaço comunitário e cultural para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo, para as suas famílias, e para a sociedade em geral, único em Portugal, que abarca uma componente pluridimensional de sociabilização, apoio e trabalho, onde apenas a discriminação não é bem-vinda. É um espaço virado para fora, a partir do qual acontecem muitas iniciativas que transportam os valores da igualdade, do respeito e da não-discriminação para todo o país. Para além de oferecer uma programação regular de atividades culturais, lúdicas e políticas, o Centro LGBTI+ disponibiliza serviços essenciais à população LGBTI+, prestando assim apoio à integração social e ao reforço da cidadania das pessoas LGBTI+ e das suas famílias.



SERVIÇO DE APOIO À VÍTIMA LGBTI+ (SAV LGBTI+)

O Serviço de Apoio à Vítima LGBTI+ da ILGA Portugal é uma resposta especializada para casos de vitimização de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo e suas famílias. É um serviço pensado para responder a situações de discriminação e vitimação, bullying na escola ou no local de trabalho, situações de violência doméstica e incapacidade de denunciar situações de vitimação e crime de ódio ocorridos na sociedade e nas instituições. Funciona em articulação com todos os outros serviços de apoio da Associação. O atendimento é gratuito e confidencial.



SERVIÇO DE APOIO PSICOLÓGICO (SAP)

O Serviço de Apoio Psicológico presta aconselhamento psicológico a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo e suas famílias, sendo conduzido por uma equipa de profissionais que recebem formação para abordar as questões específicas das vivências LGBTI+. Pode funcionar em articulação com outros serviços de apoio da Associação. O atendimento é confidencial e funciona em regime de escalonamento, tendo em conta situações de vulnerabilidade económica.



LINHA DE APOIO LGBTI+

A Linha de Apoio LGBTI+ é um serviço telefónico anónimo e confidencial que promove o acesso ao apoio e à informação fidedigna e atualizada sobre as questões específicas das pessoas LGBTI+, abrangendo áreas como a saúde, o direito e a lei, o bem-estar e o lazer. Os pedidos de apoio podem ser encaminhados para outros serviços de apoio da Associação, caso seja necessário e a pessoa requerente consinta.



SERVIÇO DE APOIO JURÍDICO (SAJ)

O SAJ presta informação de carácter jurídico relacionada com as questões das vivências e direitos das pessoas LGBTI+, independentemente do ramo de Direito em causa. O seu teor é meramente informativo, não tendo o objetivo de representar ou procurar representar a pessoa requerente durante os seus processos legais. É um serviço gratuito e confidencial.



SERVIÇO DE APOIO SOCIAL (SAS)

O SAS tem o compromisso de dar uma resposta especializada a pessoas LGBTI+ e suas famílias em situações de emergência social, tendo também foco no acompanhamento de pessoas refugiadas ou requerentes de proteção internacional. Funciona em rede, articulando com outras instituições, e trabalha para a plena integração das pessoas LGBTI+, apoiando-as na busca por uma vida independente e digna.



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO GONÇALO DINIZ (CDOC)

O CDOC é único no país e disponibiliza a maior coleção de registos sobre as vivências das pessoas LGBTI+ e suas famílias, sendo constituído por um acervo diverso de livros, periódicos, filmes, materiais de divulgação e memorabilia. Presta apoio à academia, em particular a pessoas investigadoras, docentes e estudantes nas áreas do género, Direitos Humanos, com foco nas pessoas LGBTI+ e suas vivências, feminismo e igualdade de género; direitos sexuais e reprodutivos e saúde sexual e reprodutiva e da interseccionalidade destas áreas.



AMPLOS

Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género

A AMPLOS é um grupo de apoio para mães e pais de pessoas LGBTI+ que se propõe a lutar por uma sociedade mais justa, opondo-se a qualquer forma de discriminação. O seu maior foco é combater todas as formas de discriminação relacionadas com orientação sexual e identidade de género e o seu trabalho é direccionado às famílias de pessoas LGBTI+.

Mais informações em: <http://www.amplos.pt/>



ASSOCIAÇÃO QUEER TROPICAL

O Queer Tropical é uma Associação LGBTQI+ que busca auxiliar a comunidade LGBTQI+ brasileira em Portugal, assumindo-se como uma associação plural, humanista, sem fins lucrativos e independente em relação aos pontos de vista partidários e confessionais, tendo nascido como resposta a um momento de fragilidade histórica, radicalismo e cerceamento da liberdade civil no Brasil.

Mais informações em: <https://www.queertropical.org/>



CASA QUI

A Casa Qui é uma instituição social privada (IPSS) que tem como objetivo apoiar crianças e jovens vítimas de violência doméstica ou que tenham sido expulsas das suas casas em razão de sua orientação sexual, identidade de género ou expressão de género; apoiar vítimas de violência doméstica em relações entre pessoas mesmo sexo; promover o desenvolvimento saudável de todas as pessoas envolvidas com questões LGBTI, através de apoio profissional especializado em saúde mental e sexualidade; e promover a igualdade de género e lutar contra a violência de género. A Casa Qui tem atualmente quatro serviços:

1. Um **Gabinete de Apoio à Vítima para Jovens LGBTI** que oferece, gratuitamente, apoio psicológico, jurídico, psicossocial e laboral a jovens alvo de violência familiar, violência nas relações íntimas, bullying na escola e / ou em situação de crise / vulnerabilidade;
2. Um **Apartamento de Autonomização para jovens LGBTI** vítimas de violência familiar e / ou em situação de sem-abrigo;
3. A **Clínica Social**, aberta a toda a população, oferece serviços de Psicologia, Psiquiatria e Psiquiatria Infantil e Adolescente, especializada em temas LGBTI, através de preços sociais.
4. **Capacitação profissional para grupos estratégicos** sobre crianças e jovens LGBTI e sobre violência doméstica em casais de pessoas do mesmo sexo.

Mais informações em: www.casa-qui.pt



CENTRO GIS

O Centro Gis é um Centro de Resposta à População LGBTI+, e é um de vários projectos da Associação Plano i, com os objetivos de promover a saúde e o bem estar das pessoas LGBTI+ e das suas famílias; favorecer a inclusão das pessoas LGBTI+ de forma integrada; combater as múltiplas formas de discriminação e de violência a que estas pessoas estão potencialmente sujeitas; capacitar públicos estratégicos para uma ação/intervenção criticamente informada.

Mais informações em: <https://www.associacaoplanoi.org/centrogis/>



CASA ARCO-ÍRIS

A Casa Arco-Íris Resposta de Acolhimento de Emergência, destina-se às vítimas de violência doméstica LGBTI, acompanhadas ou não de filhos/as menores ou maiores com deficiência na sua dependência. É gerida pela Associação Plano i e localiza-se no Norte de Portugal.

Mais informações em: <https://www.associacaoplanoi.org/casa-arco-iris/>



REDE EX AEQUO

A rede ex aequo é uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos em Portugal. Tem como objectivo trabalhar no apoio à juventude lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo e na informação social relativamente às questões da orientação sexual e identidade e expressão de género. Os seus serviços incluem on fórum online para a juventude, sessões de sensibilização em escolas e núcleos locais em Coimbra, Funchal, Lisboa, Porto e São Miguel.

Mais informações em: <http://www.rea.pt>



ASSOCIAÇÃO XIS

A Associação Xis - Grupo para a Promoção e Proteção dos Direitos LGBTI, é uma associação sem fins lucrativos localizada em Faro que visa construir uma sociedade tolerante e inclusiva, onde as pessoas LGBTI possam viver em igualdade, visibilidade e respeito, independentemente da sua orientação sexual, identidade e de género e características sexuais.

Mais informações em: <https://www.facebook.com/pg/associacaoxis/>



TRANSMISSÃO

Associação Trans e Não-Binária

A TransMissão é uma associação de pessoas trans e não-binárias que defendem os seus próprios direitos e a autodeterminação das suas identidades e corpos. A associação posiciona-se contra a patologização das nossas identidades enquanto pessoas trans, contra o policiamento de identidades e expressões de género e a favor da liberdade de identidade e expressão de género para todas as pessoas. Desde setembro de 2021 que a associação TransMissão disponibiliza um local de apoio e convívio que permite a autodescoberta da sua identidade de género, o Espaço Trans, localizado em Almada.

Mais informações em: <http://transmissao.pt/>



PROJETO BÚSSOLA

O Projeto Bússola trata-se de um serviço especializado para a população lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo (LGBTI+) e respetivas famílias, que dará apoio informativo, encaminhamento para outras entidades, trabalho colaborativo e apoio em situações mais específicas tais como de violência familiar, violência no namoro, bullying na escola, através de um atendimento com profissional qualificado. O projeto está sediado nas instalações da Casa do Povo de Fermentões, e pretende também dinamizar várias ações de informação e sensibilização no concelho de Guimarães e em outros concelhos limítrofes com vontade de desenvolver projetos nesta área.

Mais informações em: <https://www.somoscpf.pt/projeto-bussola/>



OPUS DIVERSIDADES

A Opus Diversidades (anteriormente conhecida como Opus Gay, e registada oficialmente como Obra Gay Associação) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) e Organização Não-Governamental (ONG) sem fins lucrativos. Dispõe de um Serviço de Apoio Psicológico e de uma Casa de Acolhimento Temporário de Emergência (CATE), com uma capacidade máxima para 4 utentes, recebendo pessoas em situação de desproteção e vulnerabilidade e que necessitem de apoio social, tais como pessoas vítimas de violência doméstica, pessoas em situação de perda ou ausência de autonomia, pessoas em situação de sem-abrigo.

Mais informações em: <https://opusdiversidades.org/>



ASSOCIAÇÃO AEQUUM

Fundada em 2021, a Associação AEQUUM – Apoio à Inclusão LGBTI+ é uma associação que promove a inclusão da comunidade LGTBI+ em Faro.

Mais informações em: <https://www.aequum.eu/>



CASA T

A Casa T é um centro de acolhimento, sociabilização e autonomização para pessoas transvestigêneres imigrantes e/ou racializadas em Lisboa. Desde agosto de 2020, tem trabalhado incansavelmente para oferecer abrigo, apoio e orientação a pessoas da comunidade LGBTQIAP+ em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Mais informações em: casatlisboa@gmail.com



CLUBE SAFO

A Associação Clube Safo tem por objetivo o apoio e a defesa dos direitos das mulheres lésbicas, constituindo-se como um espaço de intervenção social, cultural e política, promovendo uma imagem positiva da identidade lésbica, nomeadamente no domínio da saúde e da educação.

Mais informações em: <https://clubesafo.pt/>



ASSOCIAÇÃO ABRAÇO

A Associação ABRAÇO é uma Instituição Particular de solidariedade social (IPSS) cuja missão assenta na melhoria do bem-estar e qualidade de vida das pessoas infetadas e afetadas pelo vírus do VIH/SIDA e a prevenção da infeção VIH, hepatites Víricas e IST (Infeção sexualmente transmissível).

Mais informações em: <https://abraco.pt/>



GRUPO DE ATIVISTAS EM TRATAMENTO - GAT

O GAT promove a saúde, direitos, participação, não-discriminação e defende o acesso fácil, equitativo e adaptado a serviços eficazes de prevenção, rastreio e tratamento do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e de outras Infeções Sexualmente Transmissíveis (IST), Hepatites Virais e Tuberculose, a pessoas que vivem ou viveram com estas infeções e suas consequências, homens que fazem sexo com homens, pessoas que usam drogas, pessoas envolvidas em sexo comercial, migrantes, pessoas trans, não-binárias ou em situação de sem-abrigo. Oferece serviços gratuitos e confidenciais, em espaços seguros e entre pares (ou seja, onde as pessoas são atendidas por técnicos que pertencem à mesma comunidade e têm ou tiveram as mesmas vivências).

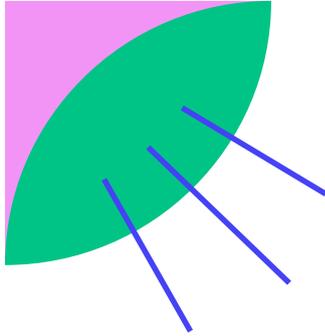
Mais informações em: <https://www.gatportugal.org/>



VARIAÇÕES

A VARIAÇÕES – Associação de Comércio e Turismo LGBTI+ de Portugal reúne mais de 60 empresas e empresários/as sobre a forma de Associação Empresarial sem fins lucrativos que apoia o empoderamento económico da comunidade LGBTI em Portugal.

Mais informações em: <https://variacoes.pt/>



Referências

- ▶ Equality Caixa de Ferramenta (2021). Organização Internacional para as Migrações
- ▶ ILGA Europe (2021) Policy Briefing on LGBTI Refugees and EU asylum legislation
- ▶ ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (sem data) Promoção da Saúde Mental da População LGBTI+: Guia de Boas Práticas
- ▶ Malcato, S. M. M. (2015). O meu filho é gay: Estudo sobre a dinâmica interna dos pais face à orientação sexual dos filhos (Doctoral dissertation).
- ▶ Rainbow House, IOM | UN Migration, Equal.Brussels (2021). Criação de espaços (mais) seguros para pessoas LGBTI+ com origem migrante
- ▶ Sexual Orientation, Gender Identity and Gender Expression: Essential Terminology for the Humanitarian Sector (2006). ORAM—Organization for Refuge, Asylum & Migration



FICHA TÉCNICA

NOME DO PROJETO

WAYOUT- AQUI ESTÁS SEGUR@

TÍTULO

MANUAL DE PROCEDIMENTOS E BOAS PRÁTICAS
NA INTERVENÇÃO COM PESSOAS LGBTI+ MIGRANTES,
REQUERENTES DE ASILO OU BENEFICIÁRIAS
DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL

PROPRIEDADE

ASSOCIAÇÃO ILGA PORTUGAL

FINANCIAMENTO

PROGRAMA CIDADÃOS ATIV@S / ACTIVE CITIZENS FUNDS (EEA GRANTS)

ENTIDADE GESTORA DO FINANCIAMENTO

CONSÓRCIO ENTRE A FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
E FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO

